

O CATÁLOGO COMO FONTE PARA A HISTÓRIA (DO LIVRO, DA LEITURA E DA EDUCAÇÃO) NO MARANHÃO IMPÉRIO

The catalogue as fountain for the History (of the book, of the reading and of the education) in the Imperial Maranhão

Cesar Augusto Castro*
Samuel Luis Velázquez Castellanos**

RESUMO

O presente artigo busca analisar o catálogo de bibliotecas como fonte para a escrita do livro, da leitura e da educação maranhense no período imperial tendo como foco a história cultural. Toma-se como documento de estudo o catálogo elaborado por Trajano Candido dos Reis, em 1845, que tinha a finalidade de obter permissão do governo provincial sobre os livros que deveriam ser colocados à disposição dos alunos do Liceu. Procura-se relacionar a formação do acervo com os aspectos sociais, políticos e educacionais no período. A produção e a circulação do livro e da leitura na Província do Maranhão estão no foco desse estudo, de maneira que se pode concluir que este tipo de fonte se constitui em um meio para se compreender o lugar do livro e da leitura na sociedade maranhense no período em questão.

Palavras-chave: História do livro, Maranhão Império, História Cultural

ABSTRACT

The present article intend to analyse the catalogue of libraries like fountain for the writing of the book, of the reading and of the education from Maranhão in the imperial period, taking the cultural history as a focus. The document studied was the catalogue prepared by Trajano Candido dos Reis, in 1845, wich had the finality of obtaining permission of the provincial government about the books that should be presented for the pupils of the High school. We relate the formation of the heap to social, political and education aspects in the period. The focus is the production and the circulation of the books and of the reading in the Province of Maranhão. We conclude that this type of fountain constitutes in an environment in order that we understand the place of the book and of the reading in the society from Maranhão in the period.

Keywords: History of the book, Maranhão Empire, Cultural History.

Neste texto trataremos do catálogo de biblioteca como fonte para a história da educação e para a história do livro. Essa fonte possibilita ao investigador, dependendo do seu interesse, inúmeras possibilidades interpretativas, tais como: a produção, a circulação e o consumo do livro em um dado lugar, em períodos determinados ou por diversificada parcela de leitores; a análise por temáticas distintas, por autores vários, pela tipologia das edições e, a compreensão pelos processos de liberdade ou de censura às formas de

* Professor Associado III da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

** Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista/Campus de Araraquara.

expressão e de pensamento contidas nesses suportes culturais, assim como o seu uso como material escolar.

Sobre esse tipo de fonte, não localizamos trabalhos que a abordem enquanto instrumento de investigação, para que se possa compreender a produção e a circularidade do livro no âmbito das instituições escolares. Algumas apreensões sobre a importância dos catálogos foram feitas a partir de Grafton (2006), Ong (2005), mas é o estudo desenvolvido por Vidal (1995), *O exercício disciplinado do olhar – livros, leituras e práticas de formação discente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*, que se constitui como referencial importante para entendermos o acervo de bibliotecas como meio de formação das práticas leitoras.

Exposto isso, inferimos que há uma lacuna tanto no campo da história da educação, como também na história do livro ao referirmos à análise do catálogo como estratégia metodológica para entendermos, no tempo, o lugar do livro no interior (ou não) das instituições escolares. Para Buonocore (1976) o objetivo do catálogo é identificar os livros pelos seus dados (autor, título e assunto, por exemplo) e pela sua localização no espaço da biblioteca. Essa forma clássica utilizada pelos catalogadores para distribuir e identificar o acervo tem sido uma prática usual desde as origens das bibliotecas, na tentativa de “conciliar a arrumação material das obras com a divisão dos saberes, ou até mesmo pelo sonho de contigüidades significantes em que a proximidade física dos livros nas prateleiras traçaria itinerários intelectuais e heurísticos” (JACOB, 2000, p.13).

Este ensaio tem a finalidade de examinar o catálogo da Biblioteca Pública no Maranhão elaborado por Trajano Cândido dos Reis, em 1843. Biblioteca que servia como referência da sociedade letrada de São Luís e, principalmente, atendia aos alunos e professores do Liceu Maranhense. Assim, dividimos este trabalho em duas partes. Na primeira, *mergulhamos* na trajetória do livro no Maranhão nos Oitocentos relacionando-o aos processos educacionais e, na segunda, nos debruçamos na análise do catálogo da Biblioteca Pública Provincial.

A circulação das materialidades culturais no cenário maranhense oitocentista

Ao debatermos sobre a leitura, o livro e as práticas leitoras no Maranhão, temos que concordar com a visão de Andrade (1969, p. 65) quando afirma que “não existe ainda um estudo que se possa considerar completo e recomendável, sobre a [sua] evolução”. Se para Viveiros (1954), até a independência o comércio do livro no Maranhão era praticamente nulo, para Castro (2005), o início do livro nas terras maranhenses começa com a presença dos franceses em 1612. Essa datação depreende-se de trechos *da História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas* (ABEVILLE, 1945), no qual se descreve que cruces, breviários e leituras bíblicas faziam parte das ações dos descobridores para que os nativos abraçassem o cristianismo da Igreja de Deus¹. Se não

¹ Sobre a presença francesa no Maranhão, destacamos o trabalho da Prof^a Maria de Lourdes Lauande Lacroix, que discute o mito de fundação da cidade de São Luís, explicitando como no início do século XX as elites ludovicenses reinterpretaram a chegada da expedição de La Ravardiere em 1612. Ao publicar a obra *A Fundação Francesa de São Luís* (2002) causa, segundo Ribeiro (2006) e Sousa (2007), estilhaços na intelectualidade maranhense (jornalistas, acadêmicos

foram eles a desenvolverem uma formação leitora, os jesuítas, ao fundarem em 1622, o Colégio da Nossa Senhora da Luz, em São Luís, fazem como leitura obrigatória dos noviços as obras de Descartes, de Ovídio e de Cervantes. Práticas leitoras que, segundo Meireles (1994, p. 52), foram exigidas em 1731, no “Colégio e Residência da Madre de Deus, [colégio jesuítico], onde era ensinado, Teologia, Filosofia, Retórica e Primeiras Letras”. Na visão de Leite em *História da Companhia de Jesus no Brasil*, a biblioteca “estava muito bem instalada em sala especial onde cabiam 5000 volumes” (LEITE apud MORAES, 2006, p. 7). Constituindo-se o ensino, a presença do livro e da leitura maranhense não primazia dos inacianos, mas práticas regulares de tantas outras ordens religiosas: dos Carmelitas, dos mercedários e dos franciscanos (MORAES, 2006).

No século XIX, a partir da expansão da educação maranhense, notadamente a partir de 1830 com a criação do Liceu, e sem perder a referência a outras iniciativas educativas, particulares e públicas, como O Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, a Casa dos Educandos Artífices, a Escola Agrícola do Cutim e o Asilo de Santa Teresa, abre-se a fase que denominamos de período de sistematização de um pensar e de um fazer pedagógico e, por conseguinte, de uma produção de livro e da leitura no Maranhão. Movimento educativo que, a nosso entender, ocorre por vários motivos, sendo o principal a ampliação das oportunidades de educação das primeiras letras em várias freguesias, termos e comarcas, inclusive nas escolas rurais, como verificamos no montante de documentos legislativos no período de 1835 a 1889 (CASTRO, 2010).

Em relação às bibliotecas no Maranhão, sabemos de poucos estudos, tais como os desenvolvidos por Moraes (1973) e Braga (2002). Mas certamente são os trabalhos de Pinheiro (2004) e Silva (2008), nos quais podemos encontrar, com maior consistência de dados, a trajetória da Biblioteca Pública nos Oitocentos. Um documento revelador das bibliotecas e, por conseguinte, dos livros e da leitura no Maranhão do século XIX, é o relatório de Gonçalves Dias, incumbido pelo Governo Imperial a inspecionar a situação dos livros e das bibliotecas conventuais no Norte do Brasil. Nele descreve que:

[...] é o convento de Santo Antonio o que mais avulta, contendo uma biblioteca de dois volumes; mas por negligência, acham-se muitos, quase todos, danificados a ponto de não poder servir. Estão arrumados em sete ou oito estantes sem ordem alguma e colocados em uma sala incômoda para estudo, por ser vivamente ferida pelo sol, sem uma mesa de estudo, sem uma cadeira [...] Não havendo catálogos biblioteca tive de percorrer os volumes um por um para que ao menos soubesse o que eles continham e na esperança de encontrar entre eles livros dos que faltam nas nossas bibliotecas ou algum manuscrito esquecido. Nada disso: são volumes de teologia causística, de filosofia rançosa, que ao abrir-se pareciam estranhar e queixar-se da mão que os importunava no descanso morto em que jaziam. Para toda literatura, o teatro de Voltaire e Matastático e não sei de alguns volumes truncados das décadas de Barros. Por toda a ciência. Montesquieu, envergonhado de se achar entre uma álgebra escrita em latim [...] Eis a livreria de Santo Antonio que é a

e escritores) em manifestações escritas nos jornais locais. Maiores detalhes desse assunto podem ser obtidos na leitura do artigo de Jhonatahan Uelson Pereira Sousa, *Os Estilhaços – debate intelectual sobre a fundação francesa de São Luís do Maranhão*, In: <www.outros.tempos.uema.br >, v.4, p.111-134, 2007. Acessado em 27 mar. 2010.

melhor de todas as ordens religiosas do Maranhão. [...] As Mercês tiveram em outro tempo uma grande e vasta livraria; lembram-se ainda algumas pessoas do tempo em que freqüentando escolas lá iam com seus companheiros gazejar na livraria do convento, e por brinqueado se ativeram com os livros uns aos outros, sem que alguém interviesse para lhes por cobro. Estragaram-se ou desapareceram; o que resta cabe em três pequenas prateleiras, arrumadas de topo, sem uma ordem mais que as teias de aranha que os ligam [...] a do Carmo carece de tudo, livros, estantes e local para eles [...] da livraria e arquivo dos jesuítas em 1831 não se acham senão mil volumes e esses completamente destruídos (DIAS, 1973, p.8).

Segundo Viveiros (1954), a primeira casa de livros em São Luís foi a Repartição do Correio, no século XVIII que, pela falta de leitores-compradores, fechou em 1802. Essa falta de leitores devia-se, sobretudo, ao índice representativo de analfabetos, inclusive entre a burguesia. Parece que nessa época o livro era objeto de “repugnância destes povos” (VIVEIROS, 1954, p. 340). Os poucos leitores privilegiavam os almanaques e as obras hagiográficas. Por sua vez, as poucas bibliotecas existentes se encontravam em estado precário, servindo mais como local de encontro dos jovens do que de leitura ou estudo, como referido por Gonçalves Dias.

A tipografia, introduzida somente em 1821, contribui para uma produção e circulação de textos de maneira mais ampla e consistente a partir da publicação de jornais e folhetos. Para Marques (1970, p. 340), “em meados do século XIX, a produção de livros, como manifestação incidental da prosperidade maranhense, alcançara um alto padrão de excelência técnica e estética e volume suficiente para chamar a atenção para as edições provinciais”. Somente com a expansão das casas tipográficas os livros são editados na Província, destacando-se, entre elas, a de Frias e de Berlamino de Mattos, os maiores impressores no Maranhão nos Oitocentos (HALLEWELL, 2005). Tipografias que fazem circular nos jornais, anúncios de compra e venda de livros vindos de Portugal, de Inglaterra e, principalmente, da França, que tratavam de filosofia, direito, línguas, dentre outros assuntos, a exemplo deste anúncio que circulou no Publicador Maranhense, em 26 de novembro de 1834:

João Antonio da Costa Rodrigues, rua da estrela n. 38, tem para vender por preços cômodos as seguintes obras:

- Dicionário da literatura por Lahaupé – 14 volumes
- Dicionário da Indústria – 6 volumes
- Dicionário de artes e ofícios – 3 volumes
- Dicionário de Química – 3 volumes
- Lições de Direito – 2 volumes
- História do Filosofismo inglês – 2 volumes
- História critica da Filosofia – 3 volumes
- Filosofia da natureza – 10 volumes
- Teatro de Corneille – 10 volumes
- O grande dicionário geográfico – 10 volumes

Venda de livros que, ao rivalizarem com outros produtos distribuídos no comércio local (como materiais de escritório, calçados, bebidas e roupas), conjuntamente com o aparecimento de livrarias (como as de Frutuoso, a francesa-portuguesa, a de Magalhães e a Universal, considerada esta última, a mais completa pela diversidade de assuntos e autores) constituem-se evidências da “rapidez com que os maranhenses se afeiçoaram ao convívio dos bons livros” (VIVEIROS, 1954, p. 343). Esse promissor mercado de livros contribuiu para que tipografias, anteriormente dedicadas à publicação de jornais e pequenas obras, se tornassem *editoras* e publicassem obras com tiragem grandiosas para a época, como o *Livro do Povo* (10.000 exemplares) e o *Livro dos Meninos* (6.000), distribuídos nas escolas da capital e nas cidades do interior da Província.

A Livraria Universal, localizada na Praça João Lisboa e fundada em 13 de junho de 1846, se insere no debate de Otto Sheneider em artigo publicado na Revista do Livro, em 1957, sobre o título *A mais antiga livraria brasileira*. Neste texto, o autor discute a polêmica entre estudiosos brasileiros que “buscavam saber com exatidão qual [era] a mais antiga livraria brasileira, isto é, a livraria fundada há mais tempo e que não [tivesse] interrompido suas atividades até hoje” (SHENEIDER, 1957, p. 23). Para este autor, a mais antiga livraria do Brasil tinha sido criada por Carlos Poggetti, em Salvador, em 1835, passando a denominar-se *Livraria Catilina* quando Xavier Catilina assumiu a sua direção. A segunda, *Ao Livro Verde*, tinha sido criada na Cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, em 1844, constituindo-se a *Universal*, a terceira livraria em funcionamento. Mas entre todas as livrarias criadas no Brasil, a Francisco Alves, foi a que ganhou maior notoriedade, já que, além da venda de livros, se dedicava também à edição de “livros de ensino com objetivo de libertar o Brasil da tutela dos livros estrangeiros” (SHENEIDER, 1957, p. 24), distinguindo-se essa livraria-editora por instituir entre nós o pagamento do direito autoral.

O crescimento das publicações e a circulação de livros, se por um lado, contribuem com a ampliação das oportunidades de ensino: do primário a partir de 1827, quando o governo central autoriza a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos (período em que o Maranhão aumentara de 14 para 24 escolas, representando um passo na difusão da educação, do livro e da leitura) e, do ensino secundário, por meio do Liceu Maranhense, criado em 1838 objetivando formar pretendentes ao ensino superior (CASTELLANOS, 2007), por outro, esse movimento em torno do livro e da leitura culmina com a criação de vários espaços destinados às práticas leitoras: a Biblioteca Pública, o Gabinete Português de Leitura, os grêmios literários e o crescimento quantitativo de jornais, inclusive aqueles que se destinavam a discutir a instrução na Província². Portanto, podemos afirmar, com base na documentação até então pesquisada, que o livro (no sentido geral e, principalmente, os livros escolares) integravam o conjunto de elementos que formavam parte das salas de aulas – nas residências e nas escolas – na sociedade maranhense, inclusive nas instituições destinadas à educação de crianças (meninos e meninas) pobres e desvalidas.

² Por exemplo o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845) e o jornal *A Escola* (1878)

As práticas de leitura do Maranhão – uma análise no catálogo (fonte) da Biblioteca Pública

O catálogo em análise foi elaborado por Trajano Cândido dos Reis, em 1843, como anexo do relatório que encaminha ao vice-presidente da Província Carlos Moniz descrevendo a situação da Biblioteca Pública Provincial criada em 1829, e aberta ao público em 1832, com a finalidade de servir à “sociedade instruída e aos alunos do Liceu Maranhense” (CASTRO e PINHEIRO, 2006, p. 39). Essa fonte denominada pelo seu compilador de *Extrato do Catálogo dos livros que existem na Bibliotheca Pública em bom estado para ser presente ao Exmo. Senhor Presidente da Província* apresenta as seguintes características: 65 páginas manuscritas, nas quais os títulos são organizados em ordem alfabética, seguido do nome do autor, do local, do ano de publicação e, quando necessário, do nome do tradutor, aparecendo também o número de volumes existentes na biblioteca, o formato (in-quarto e in-oitavo, etc) e a estante em que se encontravam armazenados.

Duas observações feitas por Trajano dos Reis são extremamente relevantes para entendermos a finalidade da catalogação dos livros realizada na biblioteca, as quais se encontram em nota de rodapé no ofício em que encaminha o relatório, ao vice-presidente de Província. Na primeira, afirma que “esse Extrato tem a finalidade de que o Exmo. Sr. analise o conteúdo de cada obra listada, seu estado de uso e a necessidade de permanecer ou não nas estantes para uso dos alunos do Liceu e, os que deveriam ser guardados em armários especiais”³; na segunda, o catalogador orienta a Carlos Moniz (vice-presidente da Província) que a sua análise não deveria se ater ao nome do autor e ao título da obra, na medida em que, algumas vezes, esses elementos não representavam o seu conteúdo, podendo recorrer nesse caso a “pessoas competentes”⁴. Disso se depreende que o catalogador julgava que algumas obras não deveriam ser lidas pelos alunos por acreditar que o seu teor poderia ser nocivo às mentes dos jovens liceistas, entretanto, não cita quais são as obras *pecaminosas* que deveriam ser expurgadas. Embora as diferenças de tempo e de lugar sejam explícitas, a atitude de Trajano dos Reis não difere daquelas tomadas por Jorge (o bibliotecário), descritas por Umberto Eco em *O Nome da Rosa* (1986) e dos exemplos que descreve Battles (2003), na *Conturbada história das bibliotecas*, reafirmando-se uma vez mais as práticas censórias dos bibliotecários em qualquer temporalidade e o controle das materialidades culturais e dos lugares de memória como função ontológica da sua profissão.

Dentre as obras arroladas no catálogo, a mais antiga é o *Dicionário de Latim* (1566). Obra que foi publicada quarenta e seis anos antes da fundação da São Luís e se constitui provavelmente um dos poucos livros que restou da biblioteca do Colégio Nossa Senhora da Luz da ordem jesuítica⁵. Segundo Costa (1949, p. 186), na visão de Serafim Leite (1938):

³ Requerimento avulso de Trajano Cândido dos Reis ao vice-presidente da Província. Arquivo Publico do Estado, Seção de Manuscritos, Caixa 5, Biblioteca Provincial.

⁴ Requerimento avulso de Trajano Cândido dos Reis ao vice-presidente da Província. Arquivo Publico do Estado, Seção de Manuscritos, Caixa 5, Biblioteca Provincial.

⁵ Sobre as bibliotecas dos jesuítas no Maranhão, ver MORAES, Rubem Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

O ensino secundário, de Latim e Humanidades, iniciou-se no Maranhão com Luis Figueira. A Escola de Letras, para os filhos dos portugueses, supõe necessariamente o Latim [...]. Da classe de humanidades se dizia em 1665 que tinha 44 alunos, e que dela saíram até então todos do que, sendo filhos da terra, estudaram alguma coisa e se espalharam depois por todo o Estado. Depois, os estudos de Latim, Humanidades e Retórica, assumiram caráter, de escolas gerais, e nas mesmas classes se reuniam todos os estudantes.

Ao se referir a essa obra, o catalogador Trajano Cândido dos Reis afirma que a mesma encontrava-se em avançado estado de deteriorização por ter “sido muito usada”⁶ pelos alunos de escolas anteriores à criação do Liceu⁷ e que fora doada à biblioteca por um colecionador de obras raras e professor liceista de latim, provavelmente se reportando a Francisco Sotero dos Reis, que ministrava essa cadeira na instituição.

Eram apenas oito os livros editados no século XVII que integravam o acervo da Biblioteca Pública Provincial: três deles tratavam de religião, principalmente as hagiográficas; 2 dicionários, sendo o *Dictionnaire des Arts et des Sciences*, o mais antigo datado de 1674 e, os demais eram obras de literatura de autores como Cervantes, Ovídio e Homero. Fazendo uma correlação dessas últimas com a educação jesuítica, podemos afirmar que, embora fossem usadas nos seus colégios, o predomínio das obras religiosas, em contrapartida, além do valor catequético e a elevação da alma (refletindo principalmente a vida dos santos visando a sua glória, renúncia e humildade), tinham também o poder de exorcizar. “Conta-se que Manuel da Cunha, morador de Porto Seguro, vendo-se aflito com tentações de demônio, logo ficou livre, lendo a vida do Beato Santo Inácio de Loiola” (MORAES, 2006, p.16). Trajano dos Reis observa que essas obras eram em in-quarto e in-oitavo, características dos tamanhos dos livros publicados nesse período e que traziam nas primeiras páginas seu ex-libris⁸. Seria sobre essas obras que o catalogador pedia a atenção de Carlos Moniz?

As obras listadas no *Extrato do Catálogo* referente aos Setecentos aumentam em quantidade a partir da metade do período, o que pode evidenciar uma maior entrada de livros no Maranhão para atender a uma possível sociedade leitora em formação e certamente representa o aumento da escolaridade da classe abastada, mas pode também representar uma pequena parte dos livros que restou das bibliotecas descritas no relatório anteriormente citado de Gonçalves Dias.

⁶ Requerimento avulso de Trajano Cândido dos Reis ao vice-presidente da Província. Arquivo Público do Estado, Seção de Manuscritos, Caixa 5, Biblioteca Provincial

⁷ O Liceu Maranhense foi criado em 1838 pela Lei N.77 de 24 de julho, quando presidente da Província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo.

⁸ *Ex-libris* tem como significado em latim *dentre os livros de* ou *da biblioteca de*, isto é, marcas geralmente em formato de figura que identificam o proprietário do livro ou da instituição onde o mesmo se encontrava.

Tabela 1: Número de livros nos setecentos

Período	Número de Obras
1701-1720	5
1721-1730	4
1731-1740	6
1741-1750	6
1751-1760	15
1761-1770	12
1771-1780	23
1781-1790	20
1791-1800	33
TOTAL	124

Esse período significou para o Maranhão o seu florescimento econômico com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1775, que contribuiu para o crescimento da lavoura, do comércio e, por conseguinte, do trânsito de produtos e da migração de maranhenses para a Europa, os quais traziam para o norte do Brasil ideias modernas e princípios de civilidade que circulavam na França, Inglaterra e Portugal (MARQUES, 1970). Ideais implícitos na *Encyclopédie méthodique*⁹ (1791) e nos *Annales des Sciences et des Arts, a Histoire de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* (1758), obras citadas por Moraes (2006) e presentes na lista do catálogo da Biblioteca Pública Provincial, além de (60%) de textos literários, (10%) de artes e (30%) de ciências e religião. No rol dos livros contidos no catálogo, destacamos os que tratavam especificamente do Brasil:

- Caramuru, poema épico do descobrimento da Bahia, escrita por frei José de Santa Rita, 1769;
- Décadas de João de Barros, continuadas por Diogo de Couto, Nova Edição, Lisboa, 1778;
- História dos descobrimentos e conquistas dos portugueses no novo mundo, Lisboa, 1786.

Dentre essas obras, aparece os *Anais Históricos do Estado do Maranhão* de Bernardo de Berredo, publicado em Lisboa, em 1749. Único livro que tratava especificamente do Maranhão.

Sobre os Oitocentos, o catálogo elaborado por Trajano dos Reis se torna mais amplo, quer na quantidade das obras, quer pela importância que as mesmas assumem na

⁹ Obra publicada por Panckoucke, em 1782, que levou meio século para imprimir-se 200 volumes. Enciclopédia que pretendia ser um aperfeiçoamento da de Diderot e d'Alembert, configurando seus assuntos não pela ordem alfabética, mas dispostos por matérias. Especificidade que contribui para sua maior difusão (MORAES, 2006).

história da educação e na história do livro ou da leitura maranhense em função da criação da Biblioteca Pública em 1829 e do Liceu em 1838, duas instituições que cruzam suas trajetórias durante todo o período do século XIX. Por outro lado, é a partir desses lugares que vai emergir vários movimentos de intelectuais que contribuíram para o crescimento e o debate em torno das necessidades do progresso e da civilidade em todos os seus aspectos.

Tabela 2 - Número de livros nos oitocentos

Período	Número de obras
1801-1810	39
1811-1820	72
1821-1830	151
1831-1840	63
TOTAL	325

O crescimento do acervo da Biblioteca Pública Provincial maranhense nesse período deve-se a vários fatores no âmbito local e nacional. Neste último, destacamos a chegada da Imprensa Régia, em 1808, que põe fim às restrições sobre a edição de livros nas colônias portuguesas, a organização do campo do ensino superior e do ensino secundário e a sistematização e ampliação das condições de oferta do ensino de primeiras letras que intensificaram a instrução em escolas públicas e privadas que trazem consigo uma demanda crescente na produção de livros. No Maranhão, no âmbito local, a expansão da educação principalmente a primária, a criação do Liceu e de várias outras instituições educativas vão lentamente formando uma sociedade leitora. Por conseguinte, a tipografia a partir d'O Conciliador Maranhense vai imprimir e divulgar em preto e branco o cotidiano da capital e de cidades como Caxias, Rosário e Itapecuru, contribuindo estes aspectos para a criação do mito da Atenas Brasileira¹⁰, pela expressividade literária de Gonçalves Dias, Coelho Neto, João Lisboa, Aluizio Azevedo, dentre outros, e pela representatividade econômica e política que o Maranhão assume nos Oitocentos.

A maior incidência da presença do livro a partir de 1821 deve-se também à criação da Biblioteca Pública Provincial, momento em que seu acervo começa a se constituir principalmente por meio das doações oriundas de várias localidades, notadamente de Portugal, França, Rio de Janeiro e de outras províncias. Todavia, no catálogo em análise, não verificamos nenhuma publicação que tenha sido impressa nas tipografias maranhenses, apesar da sua expansão e relevância, como a considera Hallewell (2005). As obras dos autores locais continuavam a ser impressos no Rio de Janeiro ou em Paris, a exemplo do *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura no Maranhão* de Raimundo Gaioso, publicado em Paris (1828).

¹⁰ Indicamos sobre o assunto o trabalho de: BORRALHO, Jose Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial – A fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

Nesse período há uma maior diversidade de temáticas das obras que compunham o acervo da Biblioteca Pública, com o predomínio da obras literárias, notadamente poesias e de obras de autores franceses como Diderot, Maquiavel, Molière, Voltaire, sendo traduzidas muitas delas por João Cândido de Deus e Silva. De igual modo, verificamos que Paris, Londres e Lisboa (nessa ordem) continuavam a ser o local de impressão de obras dos autores brasileiros e que a língua francesa predomina com 80% das obras listadas no catálogo, vindo ao encontro do afrancesamento da sociedade brasileira e, em particular da maranhense, para usar os termos de Lacroix (2002).

No apêndice do Extrato do Catálogo, denominado de *Obras em Brochuras* que ocupavam a estante vinte da biblioteca, segundo o compilador referido, por apresentarem uma encadernação de menor valor comercial essas obras não deveriam ter o mesmo tratamento das demais que eram “em capa dura de papel e couro de carneiro”, o que certamente influenciaria no espaço específico a que eram destinadas.

Nessa coleção, identificamos algumas obras publicadas no Rio de Janeiro e dedicadas ao campo da educação brasileira:

- Coleção de compêndios para uso das escolas primeiras letras, de Antonio Maria Barker, professor de primeiras letras do Rio de Janeiro (1835)
- Máximas de conduta para uso dos meninos nas escolas, de João Candido de Deus e Silva (1835);
- Máximas de conduta para as senhoras brasileiras, de João Candido de Deus e Silva (1835).

Analisar o catálogo elaborado por Trajano dos Reis, ancorados na História Cultural, contribui-se para uma multiplicidade de interpretações, quer nos aspectos histórico-filosóficos, quer nos aspectos epistemológicos e lógicos contrapostos, análogos e comparados na construção de uma intertextualidade. As reflexões expostas neste trabalho se constituem apenas em uma de tantas outras considerações que essa fonte pode possibilitar com o alargamento e a problematização do próprio conceito de fonte, visando a construção de uma história menos generalista e estereotipada e, a influência na história da educação, do livro e da leitura dessa nova perspectiva metodológica.

Ao se compreender o conceito de fonte não só como instrumento, mas tratando de entendê-lo na especificidade das práticas culturais inseridas na relação sujeito-produto no momento da construção da própria fonte (o catálogo), assim como, tomar esse conceito na sua materialidade de objeto cultural (problema este que nos remete diretamente, à constituição do campo da própria história), podemos não só valorizar o caráter comprobatório do documento, como também, interpretar e compreender o valor informativo da fonte documental num questionamento constante, desde o ponto de vista científico e cultural. Trabalho de mapeamento, que embora se traduza em catálogos, repertórios e guias, é considerado muito mais que um instrumento de referência prática.

A reflexão sobre a fonte documental, nesse caso o *Extrato do Catálogo*, se constitui uma análise sobre os limites das práticas institucionais visando a localização, divulgação e

conservação do acervo no qual essa fonte faz parte, ao mesmo tempo em que se identificam na elaboração dessa fonte, as práticas discursivas explícitas e implícitas no âmbito histórico. Dito de outra forma deve-se tomar como referente na fonte documental, não só a intencionalidade de sua construção, o lugar ocupado por Trajano dos Reis na sociedade maranhense, o seu conhecimento sobre bibliografia empregado na catalogação; como também, o estudo do próprio instrumento que venha a ser realizado por outros especialistas (quanto a sua elaboração, produção e consumo), visando novas hipóteses de trabalho.

Reflexões e considerações que possam ser similares ou discordantes às nossas, já que, ao tomar a fonte documental (o catálogo) somente como instrumento de classificação formal exauri o interesse latente entre sujeitos com diferentes visões de mundo e diferentes objetos/objetivos de pesquisa. Investigações nas quais a manipulação dos dados e os resultados do trabalho realizado por meio dos mapeamentos, não denunciam nessa perspectiva, os sentidos carregados de valores, isto é, não coloca em evidência ao tratar-se a fonte só como instrumento informativo e comprobatório, o diálogo constante estabelecido entre o sistema de referência ou modelos teóricos que guiam o investigador (nesse caso o compilador Trajano dos Reis) e, a multiplicidade de sentidos e significados contrapostos na construção da própria fonte.

Ao conceber o catálogo da Biblioteca Pública neste trabalho como fonte e como construção social de sujeitos inseridos em práticas definidas e situadas em um mosaico cultural numa temporalidade delimitada, podemos verificar a produção, a circularidade e o consumo dos suportes culturais e, por conseguinte, uma prática leitora existente no Maranhão desde o século XVII ao XIX. Mas também promove a compreensão do lugar que o livro e a leitura ocuparam no Maranhão Oitocentista, além de entendermos que a construção de saberes sobre a história da educação, a história do livro e a história da leitura podem se valer de diferentes materialidades documentais, ao incorporar-se nessa área dos eixos paralelos de análises: a (re)significação de objetos já investigados por meio de correntes historiográficas distintas e a pesquisa de novos objetos ao conjugar-se métodos e metodologias que possam desvelar as ações particulares dos homens e mulheres do passado, tendo como problema norteador as práticas singulares nas suas diferenças.

Como prática social historicamente condicionada aos diferentes modos de representação e de apropriação, a leitura tem sido sempre objeto de poder e de controle, quer seja pelo leitor que atribui sentido ao escrito-lido num *modo-de-fazer* não ingênuo, quer seja pelos agentes fiscalizadores que fazem com que uma obra transite, ou não, entre públicos diversos ou que fique circunscrita a uma estante ou a um armário, dependendo a sua circulação de um alvará de licença. Permissão desejada por Trajano dos Reis, ao pedir concessão ao vice-presidente Carlos Moniz, para restringir a leitura de algumas obras existente na Biblioteca Pública do Maranhão pelo seu caráter impróprio, embora não especificasse os critérios usados na sua avaliação nem as obras as quais fazia referência.

O movimento em ascensão em torno do livro e da leitura em São Luís não ficou restrito ao Liceu como única instituição formadora de leitores nos Oitocentos. A ampliação das oportunidades educacionais, o desenvolvimento econômico e a formação de uma classe de letrados foram fatores importantes para a criação de outras instituições

públicas e privadas no Maranhão, incluindo a Biblioteca Pública Provincial e junto a ela, uma série de dispositivos documentais que, além de inventariar o seu acervo, trazem as marcas históricas de apagar vestígios da memória escrita a partir da censura ao texto. Práticas que acompanham o homem desde o momento em que torna palpável o que a oralidade deixa solto no ar.

Referências

- ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas (1614). 2.ed. São Paulo: Livraria Martins, 1945.
- ANDRADE, Olympio de Souza. O livro brasileiro- progressos e problemas numa visão de conjunto. *Revista do Livro*, v.12, n.37, p.11-53, abr.-jun, 1969.
- BATTLES, Matthew. *A conturbada historia das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.
- BRAGA, Maria de Fátima Almeida. *Práticas informacionais e sociedade da informação na Biblioteca Pública Benedito Leite*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002, 176 p.
- BUONOCORE, Domingo. *Diccionario de Bibliotecologia*. Buenos Aires Marymar, 1976.
- CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. *Memória de leitura de professores e professoras maranhenses no século XX: estudo das primeiras décadas*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, 2007.
- CASTRO, Cesar Augusto. Producao e circulação do livro e da leitura no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). *Enc. BIBLI: R. eletrônica de Bibl. Ci. Inform.*, Florianópolis, n. 20, p.93-103, 2º semestre de 2005
- CASTRO, Cesar Augusto. *Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)*. São Luís: EDUFMA, 2009.
- CASTRO, Cesar Augusto; PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. Trajetória da biblioteca pública no Maranhão Provincial. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.4, n.1, p. 3-50, jul./dez, 2006.
- DIAS, Gonçalves. Relatório da Instrução Pública. In PRIMITIVO, Moacyr. Instrução Pública no Império. São Paulo: Martins Fontes, 1973, v.2.
- ECO, Umberto. *O nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- GAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição* – pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 2006.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- JACOB, Christian. Prefacio. In: Baratin, Marc JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas – a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A Fundação Francesa de São Luís e seu mitos*. São Luís: Lithograf, 2002.

- COSTA, Cássio Reis. *MARANHAO-1948*. Departamento Estadual de Estatística. São Luís: IBGE, 1948.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. 3. ed. [São Luís]: SUDENE, 1970.
- MORAES, Jomar. *Guia histórico da biblioteca publica Benedito Leite*. São Luís: FUNC, 1973.
- MORAES, Rubem Borba de. *Livros e Bibliotecas no Período Colonial*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita- a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 2005.
- PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. *Caminhos e descaminhos da Biblioteca Pública da Província do Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2004.
- PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís, 26 nov. 1834.
- SILVA, Diana Rocha da. *Recomeço de uma história – percurso histórico e a recriação da Biblioteca Publica na Primeira Republica*. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, 2008. 102 p.
- SHENEIDER, Otto. A mais antiga livraria do Brasil. *Revista do Livro*, v. 5, n.15, abr. jun, p. 23-27, 1957.
- VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar livros, leituras e praticas de formação docente no Instituto de Educação Federal (1932-1937)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1995.
- VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

*Recebido em março de 2013
Aprovado em maio de 2013*